

O CURRÍCULO ESCOLAR NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Cristina de Vasconcelos Almeida¹

RESUMO

Durante o período da ditadura militar no Brasil, demarcado de 1964 a 1985, o currículo escolar passou por significativas transformações influenciadas por uma agenda política autoritária. Analisar como as reformas educacionais implementadas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) modificaram o currículo escolar, com foco nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSP), investigando o impacto dessas mudanças na formação política e social dos estudantes da época foi o objetivo do presente estudo. Havia os cursos que enaltecesse o patriotismo, o civismo e o culto a hierarquia, onde se tinha como meios para isto as disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, sendo elas incluídas dentro do currículo escolar como forma de destacar os valores patrióticos e a fidelidade ao governo. As estratégias de educação patriótica tiveram profundo impacto no interior das escolas, uma vez que estabeleceu uma cultura que enalteceu o regime militar de forma que cristalizou o pensamento do alunado e, também, de muitos docentes e gestores escolares, aonde perceberam que essa era a melhor forma de promover a educação. Conclui-se que a ditadura militar usou o currículo escolar como uma ferramenta de controle ideológico, procurando modelar a juventude conforme os valores do regime. Matérias como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP) foram inseridas para introduzir ideais nacionalistas e anticomunistas na formação escolar e cidadã do alunado da época. Existia uma grande censura sobre conteúdos que poderiam estimular o pensamento crítico ou contestar o regime.

Palavras-chave: currículo, escola, ditadura militar.

¹ Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Lusófona: tininha_vasconcelos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Durante o período da ditadura militar no Brasil, demarcado de 1964 a 1985, o currículo escolar passou por significativas transformações influenciadas por uma agenda política autoritária. O governo militar introduziu um conjunto de reformas educacionais com o a intenção de alinhar a educação às suas ideologias e objetivos de controle social. Essas transformações foram instrumentalizadas especialmente através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, que reformulou o ensino secundário e técnico, inserindo uma formação mais direcionada para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que promovia a disciplina e a valorização dos ideais nacionalistas.

O controle do currículo escolar no contexto da ditadura militar não se limitou à reestruturação das fases educacionais, mas também abarcou diretamente os conteúdos programáticos e a formação dos docentes. Disciplinas como Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram introduzidas ou reforçadas, com a finalidade de inculcar nos estudantes os valores do regime, tais como o patriotismo, a obediência à autoridade e a visão de um Brasil unido e livre de influências consideradas subversivas.

Diante do exposto, pode-se destacar a pergunta norteadora do presente estudo: quais foram os principais objetivos das reformas educacionais implementadas durante a ditadura militar brasileira no que se refere ao currículo escolar, e como as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram utilizadas para alcançar esses objetivos?

Analisar como as reformas educacionais implementadas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) modificaram o currículo escolar, com foco nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), investigando o impacto dessas mudanças na formação política e social dos estudantes da época foi o objetivo do presente estudo.

A importância do presente estudo deve-se ao fato de realizar uma pesquisa sobre o currículo escolar na ditadura militar brasileira ser substancial para compreender como as políticas educacionais de regimes autoritários podem transformar a formação das futuras gerações. Essa investigação é relevante não somente para resgatar e preservar a memória histórica, mas também para analisar de modo crítico os mecanismos de controle e doutrinação utilizados pelo governo militar para consolidar seu poder. Essa análise fornece lições valiosas

para a construção de políticas educacionais que promovam a democracia, a liberdade de expressão e o desenvolvimento integral dos estudantes, prevenindo a repetição de erros do passado e fortalecendo uma educação mais inclusiva e crítica no presente e no futuro.

METODOLOGIA

A pesquisa sobre o currículo escolar na ditadura militar brasileira teve por base a revisão de literatura. Deste modo, todo o norteamento metodológico realizou-se através da condução dos aspectos teóricos, os quais possibilitaram explicar o contexto no qual encontrou-se a referida temática, permitindo a mesma está devidamente situada no cenário bibliográfico que ela se propôs adentrar.

Trabalhou-se os aspectos qualitativos, os quais permitiram uma compreensão concisa sobre o objeto investigado, isto a partir de elementos que foram viabilizados pela produção bibliográfica de autores que produziram materiais alinhados com o tema em questão.

Realizou-se levantamento bibliográfico para selecionar um conjunto de publicações que se alinhassem com a temática deste trabalho acadêmico. Portanto, a busca nas fontes supracitadas foi realizada através das palavras-chave: currículo, escola, ditadura militar, o que permitiu trazer uma série de material bibliográfico de grande valia para entender a pesquisa que foi elaborada.

As publicações foram selecionadas pelos títulos, os quais deveriam conter como primeiro critério o termo completo e/ou referências acompanhada da leitura dos resumos disponíveis. Foram inclusos materiais bibliográficos em português que atenderam aos critérios de se tratar de uma pesquisa pautada na revisão bibliográfica.

Para tato, foram realizadas leituras e análises de 8 trabalhos científicos de maior relevância, publicados no período de 2018 a 2024, utilizando para coleta de dados livros, sites, científicos e bases de dados, tais como: Scientific Electronic Library Online (SciELO), MEDLINE e LILACS, essas duas últimas bases de dados operadas com acesso aberto na Biblioteca Virtual em Saúde (BVC). Deve-se destacar que as oito publicações estão presente na seção de resultados e discussões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ditadura militar, que teve seu início em 1964 e se prolongou até 1985, também trouxe reformulações no currículo escolar brasileiro, isto de forma a atender as finalidades, princípios e valores do regime militar em questão. O governo militar percebeu a educação enquanto uma ferramenta de grande valoração para modelar consciência das gerações futuras, bem como promover a sua ideologia, procurando assegurar o controle político, ideológico e cultural sobre a sociedade brasileira da época (Ramos & Stampa, 2016).

Um dos principais aspectos foi o controle do conteúdo dos livros didáticos, materiais pedagógicos e outros recursos usados nas unidades de ensino, o que diretamente foi convertido em impactos contundentes nesta mudança curricular que estava acontecendo ao longo da ditadura militar (Ramos & Stampa, 2016).

Propostas de conteúdos considerados subversivos ou críticas ao governo da época eram rapidamente censuradas. Por outro lado, os docentes eram permanentemente vigiados para que se assegurasse que não fizessem a propagação de pensamentos considerados contrários aos interesses nacionais.

O governo militar brasileiro conseguiu exercer forte e rígido controle sobre os conteúdos dos livros didáticos e materiais pedagógicos que foram usados dentro das unidades escolares em todo o território nacional. A finalidade era que se moldasse a percepção das novas gerações conforme a ideologia e os interesses do regime político pontuado nesta seção (Duarte, 2014).

O controle dos livros didáticos era estabelecido, sobretudo, através do Ministério da Educação e Cultura, que fazia permanentemente a revisão e a aprovação do conteúdo dessas publicações antes mesmo que elas fossem enviadas para as unidades de ensino (Duarte, 2014).

Deste modo, qualquer conteúdo que fosse levado em consideração como subversivo, ou que viessem tecer questionamentos contrários ao governo e a sua ideologia, eram censurados e proibidos. Dentro dos livros didáticos este fato levava em consideração a ocultação de informações sobre a violência política, tortura, desaparecimento e outras formas de violações de direitos humanos cometidos pelo governo militar da época (Duarte, 2014).

Essa manipulação de conteúdo dos livros didáticos e a censura de ideias críticas resultaram em um impacto significativo na educação brasileira ao longo desse período, incidindo diretamente para a disseminação de uma visão de

mundo que estivesse compactuada com os interesses do governo e que inibisse o pensamento crítico e a liberdade acadêmica (Ramos & Stampa, 2016).

A maior ênfase aconteceu na educação patriota e a valorização dos símbolos nacionais. Estes temas foram profundamente incluídos dentro do currículo escolar brasileiro no período da ditadura militar como forma de estimular o público estudantil ao patriotismo e civismo. O hino nacional, a bandeira do Brasil e outras formas de enaltecer o país e o regime militar eram habituais dentro da rotina escolar por todo território brasileiro. Sendo assim:

Durante o regime militar no Brasil, a educação patriótica e a valorização dos símbolos nacionais foram enfatizadas nas escolas como parte de uma estratégia para promover a ideologia nacionalista e fortalecer o sentimento de unidade em torno do governo militar. Essa ênfase na educação patriótica tinha como objetivo principal inculcar nos estudantes um forte senso de amor à pátria e lealdade ao regime militar (Ferreira & Bittar, 2006, p. 18).

Alguns dos principais aspectos da educação patriótica levava em consideração a prática cotidiana de execução do hino nacional e o hasteamento da bandeira, sendo essas práticas habituais e tornadas como algo naturalizado dentro da rotina escolar de professores, gestores e alunos que faziam parte do cotidiano das unidades de ensino. Os discentes eram ensinados a respeitar e valorizar os símbolos nacionais, como demonstração do orgulho e da identidade nacional sobre o território do qual fazia parte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela abaixo (1), apresentou-se o material selecionado referente ao tema em questão.

Quadro 1: O currículo escolar na ditadura militar brasileira

Autor(es) e ano	Título	Objetivo
Carlos; Cavalcante & Neta (2018).	A educação no período da ditadura militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições (1964-1985).	Fazer uma retrospectiva histórica acerca das mudanças ocorridas na educação brasileira nesse contexto, observando a legislação pertinente e suas reformulações, que alteraram a educação superior e deram um caráter profissionalizante à educação básica, especificamente ao ensino de 2º grau, hoje denominado Ensino Médio.

Autor(es) e ano	Título	Objetivo
Medeiros (2019).	Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder.	Investigar a respeito do uso da educação como um instrumento político de controle e legitimação de poder durante a ditadura militar brasileira a partir de 1964.
Araújo (2019).	Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de História nas escolas de alfenas durante o regime militar.	Analisar as atividades cívicas e os rituais que integraram a cultura escolar de três escolas de Alfenas, no sul de Minas Gerais, durante o regime militar.
Borges (2023).	Ditadura civil-militar básica (1964-1974): políticas e currículo para a educação formal.	Refletir acerca das políticas para a educação básica implementadas pela ditadura civil-militar durante a primeira década (1964-1974), em contraposição aos projetos em discussão no período imediatamente anterior.
Maia; Oliveira & Sacardo (2020).	A gênese das Teorias Críticas do Currículo no contexto educacional brasileiro.	Demarcar a emergência das Teorias Críticas do Currículo em solo brasileiro.
Costa; Souza & Silva (2021).	A disciplina educação moral cívica na ditadura militar no Brasil: uma análise de capas de manuais didáticos.	Analisar três capas de livros didáticos da disciplina Educado Moral e Cívica (EMC) instituída na ditadura militar no Brasil e que fez parte do currículo escolar de 1969 a 1993. Investiga-se como as imagens contidas nessas capas produzem significados acerca dos ideários ensejados pela ditadura.
Souza; Silva & Costa (2023).	A educação moral e cívica no currículo escolar brasileiro do século xx.	Analisar a trajetória do ensino da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) no Brasil, no decurso do século XX, considerando os contextos históricos e as disputas políticas pelo controle do currículo.
Santos & Silva (2023).	Intervenção militar já: abordagens da ditadura militar nos livros didáticos.	Discutir sobre a intervenção militar já: abordagens da ditadura militar nos livros didáticos.
Brito; Silva & Pinheiro (2023).	A Proposta de educação de Jair Bolsonaro e suas comparações com a ditadura militar brasileira.	Compreender as condições estruturais que condicionaram a qualidade da educação no Governo Militar (1964-1985) e a proposta de educação do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Para Araújo (2019), havia os cursos que enaltecesse o patriotismo, o civismo e o culto a hierarquia, onde se tinha como meios para isto as disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, sendo elas incluídas dentro do currículo escolar como forma de destacar os valores patrióticos e a fidelidade ao governo.

No tocante a história do Brasil, esta passou a ser ensinada nas escolas de forma que se moldassem aspectos que destacassem os momentos de glórias

e conquistas do Brasil, como a independência e a formação da nação. Eventos controversos, ou que desafiassem a lógica de ensino posta dentro da disciplina de História do Brasil pelo governo militar, eram frequentemente suprimidos ou retratados com certa repressão por parte do regime (Araújo, 2019).

Havia também o culto à personalidade, aonde em algumas escolas, sobretudo aquelas que estavam mais próximas dos centros urbanos, enaltecia o governo, líderes militares, figuras políticas que permanentemente eram homenageados e colocados para a sociedade enquanto heróis nacionais por meio do processo educacional (Carlos, Cavalcante & Neta, 2018).

Essas estratégias de educação patriótica e valorização dos símbolos nacionais tinham como objetivo criar uma identidade nacional específica e fortalecer o sentimento de pertencimento ao país, ao mesmo tempo em que reforçavam a imagem positiva do regime militar. Essas práticas eram parte de uma estratégia maior do governo militar para promover um nacionalismo autoritário que servia aos interesses e à perpetuação do próprio regime. Após o fim da Ditadura Militar, a ênfase na educação patriótica diminuiu significativamente, e a educação brasileira passou a buscar um equilíbrio entre o patriotismo saudável e o estímulo ao pensamento crítico e à pluralidade de idéias (Carlos, Cavalcante & Neta, 2018).

As estratégias de educação patriótica tiveram profundo impacto no interior das escolas, uma vez que estabeleceu uma cultura que enalteceu o regime militar de forma que cristalizou o pensamento do alunado e, também, de muitos docentes e gestores escolares, aonde perceberam que essa era a melhor forma de promover a educação.

Não se pode negar que se tiveram pontos positivos dentro do processo de escolarização a partir dessa proposta curricular advinda do contexto do governo militar. Porém, não se pode adotá-las como cristalizadas e, até mesmo, dogmatizá-las ao ponto de não haver soluções para o currículo e para o processo de ensino-aprendizagem que se remeta apenas a base curricular desenvolvida e aplicada nas escolas nesse período discutido, o que só contribui para um saudosismo anacrônico (Martins, 2014).

A educação moral e Cívica foi uma disciplina obrigatória instituída no Brasil no período da ditadura militar, a qual era parte constituinte do currículo escolar de todas as escolas do país desde o ensino fundamental até o ensino médio, sendo ela um dos principais meios de propagação do regime militar para que se doutrinasse ideologicamente o alunado incluso nessas unidades escolares (Maia & Oliveira, 2020).

A disciplina questão foi introduzida em 1969, mediante o decreto-lei número 869/1969, com a finalidade declarada de desenvolver o civismo, o patriotismo e os valores morais nas novas gerações. Todavia, na prática a disciplina se dispôs enquanto instrumento de controle e doutrinação ideológica, procurando inserir no alunado uma percepção de mundo que estivesse atrelada aos interesses e valores do regime militar (Maia & Oliveira, 2020).

Por sua vez, a disciplina era ministrada por docentes escolhidos e monitorados pelo governo. O conteúdo programático era rigidamente controlado e supervisionado cotidianamente para que estivesse sempre alinhado com os objetivos do regime militar.

Além de ensinar sobre a história e a formação do Brasil, esta disciplina também teve como aspectos temáticos pontos que glorificavam a figura do presidente e dos militares no poder, fazendo o devido destaque ao papel do regime na formulação da nação, destacando valores conservadores hierárquicos e autoritários (Souza; Silva & Costa, 2023).

Os estudantes eram submetidos a avaliações nessa disciplina, como também seu rendimento poderia ter impactos diretos em suas notas e progressões acadêmicas. Aqueles que expressavam resistências ou críticas em relação à ideologia do regime poderiam passar por represálias e discriminação ao longo do curso da disciplina (Souza; Silva & Costa, 2023).

Com o fim do regime militar e a reabertura democrática do país, a Educação Moral e Cívica foi extinta em 1993, juntamente com outra disciplina semelhante chamada Organização Social e Política Brasileira (Brito, 2023).

A retirada dessa disciplina do currículo escolar brasileiro expressou um desejo de ruptura com autoritarismo e o controle ideológico imposto pelo regime militar na área da educação escolar, procurando fazer a promoção de uma formação mais pluralista, democrática e crítica dos estudantes brasileiros (Borges, 2023).

A Organização Social e Política Brasileira foi outra disciplina que fez parte do currículo escolar brasileiro no período da ditadura militar. Ela também seguiu a mesma orientação ideológica promovida pela Educação Moral e Cívica, tendo como propósito fazer a disseminação de valores, crenças e concepções ideológicas que estivessem em comum acordo com os interesses e visão de mundo do regime militar (Costa; Souza & Silva, 2021).

A disciplina em questão foi criada em 1970, por meio do Decreto Lei Nº 869/1970, integrando currículo escolar de todas as unidades de ensino do Brasil,

desde as séries iniciais do ensino fundamental até o ensino médio. O conteúdo apresentado para promoção da aprendizagem nessa disciplina era rigidamente controlado e direcionado pelo governo militar para que assim se fizesse todo o reforço necessário em prol do nacionalismo autoritário e no enaltecimento da pátria dentro das escolas brasileiras em todas as instâncias, como, por exemplo, escolas federais, estaduais e municipais (Medeiros, 2019).

A disciplina tratava de temas concernentes a história do Brasil, aos aspectos políticos da sociedade e organização do Estado, aonde sempre se dava ênfase à versão oficial e positiva do governo sobre tais assuntos. Além do mais, assim como na Educação Moral e Cívica, a OSPB também fazia a glorificação das ações do regime militar, buscando promover a ideia de que o governo estava conduzindo o Brasil ao progresso e à ordem (Duarte, 2014).

A disciplina em questão estava sujeita a exames e avaliações, bem como os alunos se não fizesse a adesão à mesma, ou se demonstrassem certa discordância em relação aos valores propagados pelo regime, poderiam ter que lidar com repressões e consequências negativas em sua vida escolar (Medeiros, 2019).

Novamente, com o fim do regime militar e o processo de redemocratização, a disciplina em questão foi extinguida em 1993. A decisão foi tomada como parte de uma retomada de posicionamentos que vieram para romper com controle ideológico e a doutrinação imposta pelo governo militar na educação brasileira, buscando assegurar uma formação mais plural, crítica e democrática ao aluno (Santos & Silva, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a ditadura militar usou o currículo escolar como uma ferramenta de controle ideológico, procurando modelar a juventude conforme os valores do regime. Matérias como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram inseridas para introduzir ideais nacionalistas e anticomunistas na formação escolar e cidadã do alunado da época. Existia uma grande censura sobre conteúdos que poderiam estimular o pensamento crítico ou contestar o regime.

Para a comunidade científica, a análise do currículo escolar ao longo da Ditadura Militar Brasileira oportuniza várias direções de pesquisa e aplicação empírica, como, por exemplo, comparar o impacto da educação sob regimes autoritários em distintos países e épocas, o que pode ofertar uma compreensão

mais ampla das implicações do controle ideológico sobre o desenvolvimento educacional e social.

A pesquisa sobre o currículo escolar na Ditadura Militar Brasileira demonstrou como a educação pode ser utilizada como um instrumento de controle ideológico em regimes autoritários, ao mesmo tempo em que sinaliza para as consequências duradouras desse controle sobre a sociedade. Para a comunidade científica, permanecer explorando essas questões mediante estudos empíricos e comparativos pode não só aprofundar a compreensão histórica, mas também informar práticas e políticas educacionais futuras que proporcionem a liberdade acadêmica e o desenvolvimento integral das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. E.L. (2019). Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de História nas escolas de alfenas durante o regime militar. *Plures Humanidades*, 1(1).

BORGES, G. D. S. (2023). Ditadura civil-militar básica (1964-1974): políticas e currículo para a educação formal. *Devir Educação*, 7(1).

BRITO, E. N. S., DA SILVA, M. V. P., & Pinheiro, D. C. (2023). A Proposta de educação de Jair Bolsonaro e suas comparações com a ditadura militar brasileira. *Devir Educação*, 7(1).

COSTA, F. G. V., SOUZA, F. D. C. S., & SILVA, F. V. D. (2021). A disciplina educacao moral cívica na ditaduramilitar no brasil: uma análise de capas de manuais didáticos. *Historia de la educación-anuario*, 22(2), 41-50.

CARLOS, N. L., CAVALCANTE, I., & NETA, O. (2018). A educação no período da ditadura militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições (1964-1985). *Revista Trabalho Necessário*, 16(30), 83-108.

DUARTE, A. R. F. (2014). Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, 18(1), 75-92.

FERREIRA JR, A., & BITTAR, M. (2006). A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, 27, 1159-1179.

MAIA, J. C. A., OLIVEIRA, E. G. S., & SACARDO, M. S. (2020). A gênese das Teorias Críticas do Currículo no contexto educacional brasileiro. *Cadernos de Educação*, (64).

MEDEIROS, G. S. L. de (2019). Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder/Brazilian Military dictatorship: The Education as an instrument of Power. *ID on line. Revista de psicologia*, 13(48), 208-229.

RAMOS, M. S., & STAMPA, I. (2016). Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. *Espaço do currículo*, 9(2), 249-270.

SANTOS, B. B. D., & SILVA, M. D. O. S. (2023). "INTERVENÇÃO MILITAR JÃ": ABORDAGENS DA DITADURA MILITAR NOS LIVROS DIDÁTICOS. *Revista Trilhas da História*, 13(25), 396-416.

SOUZA, F. D. C. S., DA SILVA, F. V., & COSTA, F. G. V. C. (2023). A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO DO SÉCULO XX. *Revista Exitus*, 13, e023061-e023061.

.